



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE JANEIRO DE 2014.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de janeiro do ano dois mil e catorze (2014), nesta cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, na sala das sessões plenárias do Tribunal de Justiça, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Cleonice Silva Freire, presentes os Senhores Desembargadores: Antonio Fernando Bayma Araujo, Jorge Rachid Mubárack Maluf, Cleones Carvalho Cunha, Nelma Sarney Costa, Benedito de Jesus Guimarães Belo, Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães, Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, Raimunda Santos Bezerra, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Maria das Graças de Castro Duarte Mendes, Paulo Sérgio Velten Pereira, Lourival de Jesus Serejo Sousa, Raimundo Nonato Magalhães Melo, José Bernardo Silva Rodrigues, José Luiz Oliveira de Almeida, Vicente de Paula Gomes de Castro, Kleber Costa Carvalho, Raimundo José Barros de Sousa, Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe, Marcelino Chaves Everton e Ângela Maria Moraes Salazar. A Procuradora de Justiça: Dra. Rita de Cássia Maia Baptista Moreira e o Secretário: Hebert Pinheiro Leite, teve início a sessão. Ausentes, em gozo de licença para tratamento de saúde, o Desembargador Antonio Guerreiro Júnior, em gozo de férias, o Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto; e, justificadamente, os Desembargadores Marcelo Carvalho Silva, Jaime Ferreira de Araujo e José de Ribamar Fróz Sobrinho. Aprovada a ata da sessão plenária administrativa do dia 18.12.13. Ao iniciar a sessão, a Desembargadora Cleonice Silva Freire fez uso da palavra para expressar o seu contentamento em estar novamente reunida com os seus pares, desta feita, na condição de Presidente da Corte e prestou contas das primeiras ações realizadas em um mês de sua gestão. A Presidente destacou a proveitosa parceria dos Desembargadores que estarão à frente de Coordenadorias e Órgãos Especiais com atuação específica na implementação e execução de políticas públicas e projetos especiais de grande alcance social: Desembargadora Ângela Maria Moraes Salazar, na Coordenadoria Estadual da Mulher; Desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, na Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária; Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, na Ouvidoria; Desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro, na Coordenadoria da Infância e Juventude; Desembargador Raimundo José Barros de Sousa, na Coordenadoria da Comissão de Segurança Institucional e o Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, na Presidência do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Destacou, ainda, que os magistrados José de Ribamar Castro e José Nilo Ribeiro Filho auxiliarão a presidência, este último reconduzido à função de gestor da Coordenadoria de Precatórios e que o juiz Marlon Jacinto Reis será o responsável pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização e coordenará, na região sul do Estado, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Apresentou, também, a equipe de colaboradores diretos e suas respectivas áreas: Hebert Pinheiro Leite (Diretor Geral); Denyse Reis Batista (Diretoria Judiciária); Francisco Adalberto da Silva (Diretoria Administrativa); Gardênia Baluz Couto (Diretoria Financeira); Daniel Serra Gedeon (Diretor de Recursos Humanos); Arnôr Machado Filho (Diretor de Engenharia); Jorge Henrique Oliveira (Diretor de Informática e Automação); Celerita Dinorah Soares de Carvalho (Diretora do FERJ); Capitão Alexandre Magno Sousa (Diretor de Segurança Institucional); Coronel Jeferson Teles (Chefe do

Gabinete Militar); Elaine Alves de Sousa (Chefe da Assessoria Jurídica); Juliana Menezes Mendes (Chefe do Gabinete da Presidência); Antonio Carlos Oliveira (Chefe da Assessoria de Comunicação) e Márcia Banhos (Chefe do cerimonial). **01 – Eleição dos membros do Órgão Especial, criado pela Lei Complementar nº 160, de 03 de dezembro de 2013 e sua instalação.** Antes da realização da eleição para escolha dos membros do Órgão Especial a Desembargadora Cleonice Silva Freire levou ao conhecimento da Corte o requerimento do Desembargador Marcelo Carvalho Silva no qual manifesta sua recusa ao direito de concorrer a uma das vagas do órgão em questão. Na oportunidade, as Desembargadoras Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães e Raimunda Santos Bezerra, também expressaram suas recusas. “Após, o Tribunal realizou a votação secreta, nos termos da Resolução nº 74/2013, e foram eleitos os seguintes Desembargadores para compor o Órgão Especial, como titulares: José Joaquim Figueiredo dos Anjos (16 votos), Kleber Costa Carvalho (14 votos), Raimundo José Barros de Sousa (14 votos), Ângela Maria Moraes Salazar (13 votos), Lourival de Jesus Serejo Sousa (12 votos) e Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe (12 votos), e, para atuarem como suplentes, os Desembargadores Paulo Sérgio Velten Pereira (10 votos), José Bernardes Silva Rodrigues (10 votos), Marcelino Chaves Everton (05 votos), Raimundo Nonato Magalhães Melo (04 votos), Maria das Graças de Castro Duarte Mendes (03 votos) e José Luiz Oliveira de Almeida (03 votos). Portanto, comporão o Órgão Especial os seguintes membros, natos, por antiguidade e eleitos: Cleonice Silva Freire, Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, Nelma Sarney Costa, Antonio Fernando Bayma Araujo, Jorge Rachid Mubárack Maluf, Jamil de Miranda Gedeon Neto, Antonio Guerreiro Junior, Cleones Carvalho Cunha, Benedito de Jesus Guimarães Melo, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Kleber Costa Carvalho, Raimundo José Barros de Sousa, Ângela Maria Moraes Salazar, Lourival de Jesus Serejo Sousa e Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe; são suplentes por eleição do referido Órgão os Desembargadores Paulo Sérgio Velten Pereira, José Bernardo Silva Rodrigues, Marcelino Chaves Everton, Raimundo Nonato Magalhães Melo, Maria das Graças de Castro Duarte Mendes e José Luiz Oliveira de Almeida.” Também foram votados os Desembargadores Vicente de Paula Gomes de Castro (03 votos) e José de Ribamar Fróz Sobrinho (02 votos). Após, a Desembargadora Presidente declarou instalado o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, com o anúncio de seus membros. Por fim, o Tribunal, por unanimidade, decidiu que não serão redistribuídos para os membros do Órgão Especial os processos do Tribunal Pleno que já tiveram seus julgamentos iniciados, permanecendo com seus antigos relatores, e que haverá redistribuição para o referido Órgão dos processos cujas liminares não foram apreciadas. Nada mais havendo a tratar, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Cleonice Silva Freire, Presidente, encerrou a sessão de que foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada. Eu
Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, secretariei.